

Relações de dependência pessoal: totalidade social e dinâmica histórica na Alta Idade Média Ibérica.

Paulo Pachá (UFF/NIEP-Prék)
phpacha@gmail.com

Em meados do século VI, segundo o autor anônimo das *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium* (VSPE)¹, conjunto de hagiografias redigido no século VII que tem Mérida como sua principal ancoragem espacial, um grupo de mercadores gregos aportou nas costas da Hispania e chegaram à Mérida, uma das principais cidades da região e um grande centro aristocrático.

Quando os mercadores chegaram à cidade, “buscaram a presença do bispo, segundo o costume” e foram “graciosamente recebidos por este”. Após retornarem ao local onde se hospedavam, “enviaram a ele [o bispo] no dia seguinte um pequeno presente como símbolo de sua gratidão”. Tal presente foi enviado através de um menino que acompanhava os mercadores como um auxiliar. Após receber o presente, o bispo, grego por nascimento e oriundo da mesma região dos mercadores, fez diversas perguntas ao menino e descobre ser este seu sobrinho. Na sequência do curioso episódio, o bispo demanda que os mercadores deixem o menino sob sua guarda: “Deixem este menino sob minha guarda e peçam o que desejarem”. Contudo, frente a recusa destes (que argumentam serem responsáveis pelo menino frente seus pais), enuncia “que se não o confiarem a mim [o bispo], vocês jamais retornarão a sua terra. Mas aceitem uma considerável soma de dinheiro [*pecuniam copiosam*] que ofereço e vão sem preocupação, vão em paz” (GARVIN, 1946, p. 168-171)². Não é difícil imaginar o desfecho do episódio: o bispo envia “diversos presentes à sua irmã” por meio dos mercadores, e é também “muito esplêndido em presentes com estes mesmos marinheiros”, que “distinguidos com os presentes do bispo, retornam a sua pátria com grande alegria [*Qui diversa per eos numera mittens sorori, ipsis quoque nautis multa largitus est dona. Ac sic ditati eius muneribus regressi sunt in patriam suam cum gaudio magno*]”³.

Se existisse para a historiografia do alto-medieval algo como o famoso o debate entre primitivistas e modernistas que divide o campo da historiografia dedicada à Antiguidade, o episódio

¹ As *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium* (VSPE), obra de autor anônimo e redigida em algum ponto do século VII – provavelmente na primeira metade do século – constitui a hagiografia que abrange um período de tempo extenso, revelando uma narrativa que se estende de meados do século VI até a primeira metade do século VII. Em sua primeira parte discorre acerca de pessoas que viveram em Mérida – ancoragem espacial das *vitae* – (ou em suas proximidades) e figuram em relatos milagrosos. A segunda parte narra com detalhes a vida dos cinco bispos subsequentes de Mérida no período focalizado pelas *vitae*. A despeito da autoria desconhecida, os especialistas afirmam com segurança que seu autor era um diácono, habitante de Mérida, e que certamente dispunha de algum papel central na basílica de Santa Eulália. O episódio extraído da *vitae* e narrado acima existe aqui como um estudo de caso. Estamos cientes de que um exemplo não é suficiente para sustentar as conclusões que serão expostas abaixo, mas dados os limites de tempo e espaço, este funciona como uma ilustração do que pode ser encontrado em diversas fontes da Alta Idade Média Ibérica.

² Sigo aqui a tradução de Garvin: “*a goodly sum of money*”. Em nossa dissertação (PACHÁ, 2012), criticamos suas adaptações de natureza modernista confrontando a tradução com o texto latino. Para os nossos propósitos aqui, esta não é uma questão central.

³ GARVIN, J. N. (ed.). *Vitas Sanctorum Patrum...*, 1946, p. 170.

acima seria uma peça central do mesmo. O exercício de imaginar como cada uma dessas correntes analisaria o relato acima pode redundar em uma proposta de análise diversa. Assim, Primitivistas caracterizariam tal relato como uma aberração, sendo inconcebível a presença de mercadores oriundos de uma região tão distante quanto à Grécia e as menções explícitas a dinheiro. Estas desafiarão qualquer visão que projete uma imagem de Alta Idade Média pautada pela noção de economia natural.

Modernistas, por outro lado, requisitariam o relato como uma demonstração cabal da presença e importância de elementos como comércio e dinheiro, esquecendo que sua simples menção não deveriam implicar em uma transposição imediata das categorias modernas. O final do relato, no entanto, não poderia ser explicado nesse mesmo quadro de referências.

Uma proposta de abordagem capaz de evitar as armadilhas complementares tanto da posição modernista quanto da posição primitivista depende, necessariamente, de uma contextualização e redefinição dos termos em questão, a qual só pode ser alcançada através da elaboração de um quadro geral de relações que possibilitem a interpretação do relato em termos efetivamente históricos – e, portanto, nem primitivistas, nem modernistas.

Confrontado por uma questão semelhante, em 1959 o historiador inglês Philip Grierson publicou um célebre artigo – “Comércio na Idade das Trevas: uma crítica da evidência” – no qual apresentava um panorama da história econômica do alto-medieval dominado pelo debate em torno da obra de Henri Pirenne. Segundo Grierson, o resultado geral após trinta e cinco anos de debate parecia ser que tanto Pirenne quanto seus críticos estavam igualmente equivocados, pois o “comércio na Idade das Trevas era muito mais considerável em volume do que tem sido geralmente aceito, ainda que menor organizado do que seria nos séculos posteriores” (p. 124). Contra essa avaliação, Grierson desenvolveu seu argumento para demonstrar que esta fundava-se na indistinção entre *troca* e *distribuição*, igualando qualquer evidência de intercâmbio com uma evidência de comércio organizado, isto é, uma “pressuposição de que bens e dinheiro necessariamente passavam de uma mão para outra apenas por meio do comércio” (p. 129).

Desenvolvida essa crítica, Grierson dedicou-se a uma caracterização e avaliação da importância relativa de formas alternativas do intercâmbio: o roubo (transferências de propriedade unilaterais que podem ocorrer involuntariamente – saques na guerra seria o tipo mais usual) e o dom (transferências que ocorrem com o consentimento livre do doador). Entre os extremos representados por essas formas existiria uma série variada de intercâmbios (resgates, pagamentos, multas, dotes etc) (p. 131). Comércio, por sua vez, constituiria uma forma de intercâmbio externa a esse *continuum*, cujo desenvolvimento se daria em paralelo.

Para Grierson, a troca de presentes seria caracterizada como uma “troca mútua de dons” (uma vez que “o costume requeria que todo dom fosse compensado, cedo ou tarde, por um

contra-dom”), a qual difere do comércio por não ter como objetivo o “‘lucro’, material e tangível”, o “prestígio social vinculado à generosidade”. O “‘lucro’ consiste em colocar outras pessoas em uma dívida moral, pois um contra-dom é necessário para que o recipiente retenha sua alto-estima” (p. 137). Dessa forma, retendo a caracterização proposta por Marcel Mauss (1923-1924) da troca de presentes como o encadeamento das três obrigações – *dar, receber e retribuir* – Grierson concluía “o fenômeno do dom e do contradom deve ter assegurado um lugar conspícuo em qualquer quadro que se esboça da troca no alto-medieval” (p. 139).

Por um lado, ainda que tal debate não tenha dominado o campo da medievalística nos anos que se seguiram, a proposta de Grierson certamente atingiu o status de posição dominante, tornando-se o pressuposto tácito de várias análises. Contudo, tal reconhecimento não redundou em um desenvolvimento acelerado da investigação específica das formas de intercâmbio medieval nas décadas seguintes. Por outro lado, com o movimento de aproximação da história com a antropologia durante a década de 1970 e capitaneado pela terceira geração da Escola dos *Annales*, o conceito de dom conquistou completamente a sua cidadania histórica, além de tornar-se um elemento extremamente importante (e desenvolvido) nas investigações sobre a cultura medieval. A tarefa que se coloca agora é retomar as proposições de Grierson e desenvolvê-las com a ênfase que merecem, ou seja, fazer avançar a investigação das formas de intercâmbio alto-medievais tendo o dom como seu elemento primordial. A análise que se segue do relato acima narrado pretende-se uma pequena contribuição para essa tarefa.

II. Troca de Presentes.

No que tange a construção de um quadro geral de relações que seja capaz de posicionar tal relato de forma correta, parece profícuo dirigir nossa atenção para a relação que parece organizar toda a estrutura do relato. A atividade mercantil é regulada não pelo estabelecimento de uma troca de mercadorias com o bispo, potentado local, mas com troca de presentes – a recepção dos mercadores pelo bispo e os presentes que aqueles lhe enviam.

Da mesma forma, ainda que o oferecimento de riquezas seja utilizado pelo bispo como forma de atingir o objetivo desejado, é revelador que tal oferecimento se dê, primeiramente, em termos mais gerais, inespecíficos (“peçam o que desejarem”) e que a ação do bispo seja efetiva apenas quando o bispo expressa sua ameaça de um retorno impossível à Grécia (dada sua capacidade de intervenção no sagrado). Tal ameaça (e o poder que supõe) é, portanto, o elemento determinante para o aceite da oferta pelos mercadores. Da mesma forma, ao final do relato o que é destacado pelo hagiógrafo são os presentes que o bispo concedeu aos mercadores e a distinção que provocam. As relações efetivamente mercantis, estabelecidas com o bispo ou com qualquer outro,

não são mencionadas em nenhum momento do relato, nem como índice do sucesso ou objetivo da viagem.

A relação entre os mercadores e o bispo não ocorre a partir de uma lógica mercantil, mas está plenamente inserida na lógica da troca de presentes. No início do relato, não é a atividade comercial que estabelece a relação entre o bispo e os mercadores, mas a troca de presentes: os mercadores “buscaram a presença do bispo, segundo o costume” e foram “graciosamente recebidos por este”. Após retornarem ao local onde se hospedavam, “enviaram a ele [o bispo] no dia seguinte um pequeno presente como símbolo de sua gratidão”. Ora, as duas partes desempenham papéis plenamente congruentes com a lógica do dom: no primeiro movimento, a atitude dos mercadores em buscar a presença do bispo (dom) é respondida pela graciosidade do bispo ao recebê-los (contra-dom); no segundo movimento, tal graciosidade é reciprocada com os presentes que os mercadores enviam ao bispo.

Nesse momento, contudo, tal roteiro é bruscamente interrompido em prol da afirmação da superioridade da posição do bispo. Ao reconhecer seu sobrinho, tem início um novo circuito do dom: o bispo, de forma bastante explícita, vincula a cessão do menino (dom) e sua retribuição (contra-dom) - “Deixem este menino sob minha guarda e peçam o que desejarem”. A recusa dos mercadores, um ato extremamente violento em qualquer relação que se dê no quadro da troca de presentes – ao contrário do que ocorre na troca mercantil –, é, mais uma vez, respondida com a afirmação do poder superior do bispo. Poder que se expressa, por um lado, em sua capacidade de intervenção no sagrado – “saibam que se não o confiarem a mim, vocês jamais retornarão a sua terra” – e, na sequência imediata, novamente nos termos do dom – “Mas aceitem uma considerável fortuna que ofereço e vão sem preocupação, vão em paz” (contra-dom).

Incapazes de recusar o dom oferecido pelo bispo (agora acrescido da garantia de um retorno seguro à sua pátria), o desfecho do relato permanece no mesmo quadro anteriormente estabelecido. Tal interpretação é reforçada se atentamos para os termos utilizados pelo hagiógrafo: “enviando vários *presentes* a sua irmã por meio deles [os mercadores], foi também muito esplêndido em *presentes* com estes mesmos marinheiros [*Qui diversa per eos numera mittens sorori, ipsis quoque nautis multa largitus est dona*]”.

De acordo com nossa análise desse relato, o intercâmbio propriamente comercial existe como uma forma subordinada à troca de presentes, não apenas a partir de um critério quantitativo, mas como uma forma de intercâmbio cuja existência e transformação depende do quadro geral de relações criado e reproduzido pela troca de presentes. Assim, só pode existir comércio pré-capitalista em relação ao dom. Não há circuito comercial que independa ou possa prescindir desse quadro de relações. Dessa forma, a análise precedente nos permite construir um modelo no qual o *dom* aparece como a forma de intercâmbio *dominante*, e o *comércio pré-capitalista* como a

forma de intercâmbio *subordinada*. O dom é caracterizado primordialmente por seu caráter conflituoso e existe aqui como forma da dominação ou modo de afirmação do poder do agente superior na relação. O comércio pré-capitalista é caracterizado por sua especificidade histórica em relação ao comércio (capitalista), tendo como aspecto central não ser a forma de circulação de mercadorias, mas de meros objetos. Dom e comércio pré-capitalista se articulam como forma dominante e subordinada pois o primeiro fornece o quadro de relações a partir do qual o segundo se desenvolve.

Contudo, se o desenvolvimento das proposições teóricas de Grierson é capaz de nos indicar uma forma de evitar tanto as posições primitivistas quanto as posições modernistas, permanece em aberto a caracterização específica do quadro de relações que aparece em nossa análise como expresso pela troca de presentes. Em outras palavras, como responder as célebres indagações de Marcel Mauss para explicar a obrigatoriedade do dom e, portanto, a articulação necessária dos três momentos articulados pelo dom? Nas palavras de Mauss (Ibidem), “qual é a regra de direito e de interesse que [...] faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído?”.

III. Relações de Dependência Pessoal.

O tema das relações de dependência pessoal não é novo, ainda que certamente sua análise jamais tenha sido constante ou sistemática no conjunto da historiografia. Ao contrário de noções como Feudalismo e Modo de Produção, as relações de dependência sempre aparecem como um rótulo para um conteúdo pressuposto.

Para Karl Marx, as relações de dependência pessoal existiam como elemento central de articulação social no pré-capitalismo, opondo-as diretamente à forma de articulação social desenvolvida pelo modo de produção capitalista. Tal oposição aparece pela primeira vez nos *Grundrisse* (1861), na constatação que “a dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si”.

Décadas mais tarde, essa mesma oposição foi refinada em *O Capital* (1867), tendo aqui o fetichismo da mercadoria como seu mote da comparação, caracterizando as RDP como as relações sociais fundamentais do medievo:

Nela [na Idade Média europeia] não há o indivíduo independente; todos são dependentes: servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção. Mas, justamente, porque as relações de dependência pessoal constituem o fundamento social incontroverso, não se faz mister que os trabalhos e produtos assumam feição fantasmagórica, diversa de sua realidade. (MARX, 2008, p. 99)

O medievalista francês Marc Bloch, por sua vez, deu lugar de destaque às RDP em sua grande síntese, caracterizando-a como uma forma de parentesco artificial mas, sobretudo,

vinculando sua expansão com uma busca por proteção e laços sociais, traçando sua evolução paralela tanto do mundo romano quanto da sociedade germânica.

Contudo, foram duas obras da historiografia ibérica que deram lugar central ao conceito em suas análises de formas extremamente inovadoras.

Em *Historia de Espana Visigoda* (1989), Luis García Moreno traça uma interessante e diversificada síntese acerca do reino visigodo e articula uma análise diacrônica do reino visigodo com considerações sincrônicas de suas estruturas, econômica, política e cultural. Apresentando uma tese que defende o caráter proto-feudal da organização sócio-econômica visigótica, o autor analisa as relações entre as classes fundamentais (campesinato e aristocracia) para desvelar uma dinâmica social que se desenvolve através do avanço da grande propriedade aristocrática sobre a propriedade camponesa livre. Segundo Garcia Moreno, tal dinâmica teve como principal resultado a intensificação dos conflitos intra-aristocráticos e a crescente ocorrência de momentos de ruptura do consenso verificados no reino visigodo. A resolução de tais contradições, para o autor, decorreu do desenvolvimento de uma hierarquização proto-feudal no reino visigodo (p 250). Dessa forma, a emergência e generalização das relações de dependência pessoal aparecem aqui como um *resultado* da dinâmica entre as classes sociais fundamentais, as quais são *moldadas* de acordo com o desenvolvimento de uma hierarquização proto-feudal.

A tese expressa na obra de Abilio Barbero e Marcelo Vigil – *La Formación del Feudalismo en la Península Ibérica* (1979) – responde as mesmas questões de forma significativamente diferente. Ao contrário do que ocorreu na obra de Garcia Moreno, Barbero e Vigil analisam o desenvolvimento das relações sociais entre os visigodos a partir de uma perspectiva histórica. As relações de dependência social aparecem aqui não como o resultado de uma dinâmica específica entre as classes sociais, mas como o desenvolvimento histórico de relações que já estavam presentes tanto na sociedade romana e germânica (em fenômenos como o *patrocinium* e o *comitatus*). O aspecto distintivo que possibilita tal análise fundamenta-se em uma “concepção unitária e orgânica da sociedade, ainda que também dinâmica e contraditória, articulada por um sistema de relações de dependência, desde o econômico até o político” (p. 14). Dessa forma, o desenvolvimento e a generalização das relações de dependência pessoal aparecem como “os pressupostos econômicos para a formação de uma sociedade feudalizada” (p. 40). Ao contrário da tese proposta por Garcia Moreno, são as relações de dependência pessoal que aparecem como fator explanatório para a hierarquização “proto-feudal”.

Contudo, se o que possibilita o desenvolvimento da tese de Barbero e Vigil – e que não encontramos na obra de Garcia Moreno – é uma idéia de sociedade enquanto totalidade, esta não é jamais desenvolvida ou apresentada de forma rigorosa. Assim, ao logo da obra, observa-se uma

análise das relações de dependência pessoal cada vez mais seccionada (em seus elementos culturais, políticos e econômicos), sem que o momento da rearticulação da totalidade aconteça.

IV. Conclusões.

Do acima exposto é possível concluir uma caracterização inicial das relações de dependência pessoal (RDP) como as relações sociais fundamentais do alto-medieval Ibérico deve articular, portanto, os seguintes elementos: são *desiguais*, articulam um pólo superior e outro inferior; *pessoais*, pois estabelecem um vínculo de homem a homem; *hereditárias*, ainda que tendencialmente; *amplas*, posto que disponham de uma dinâmica interna expansiva; *estruturantes*, sendo as relações mais básicas que servem de modelo para outras; e *sintéticas*, já que emergem de uma síntese histórica de outras relações.

Em paralelo à troca de presentes, as RDP (consideradas em sua síntese) são prévias e mais abrangentes, ainda que encontrem no dom uma de suas formas de manifestação. No nível de abstração das formas⁴ que as relações sociais assumem não é possível separar em dois momentos tal imbricação: o dom não pode existir sem um quadro prévio estabelecido pelas RDP que estruture a sociedade e, no entanto, tal quadro só dispõe de materialidade quando expresso por relações como o dom. Analiticamente, em um nível de abstração mais elevado e orientado para as estruturas – para o conteúdo das formas –, no entanto, podemos efetuar tal separação e conferir prioridade ontológica para as RDP, uma vez que estas estruturam também as relações de produção fundamentais da sociedade em questão.

A troca de presentes é, portanto, uma forma de manifestação (uma das formas possíveis) de um fenômeno cuja essência reside na articulação social através das relações de dependência pessoal. É necessário, contudo, salientar que existe uma relação dialética inerente às relações de dependência pessoal e à troca de presentes. Se a primeira desempenha o papel de pano de fundo, quadro geral necessário para a existência da troca de presentes, também é verdade que disso decorrem efeitos recíprocos, nos quais o sistema de relações de dependência pessoal sofre os efeitos e transformações decorrentes do papel que a troca de presentes desempenha nessa sociedade, ajustando-se de forma a torná-lo mais efetivo ou representando certos limites intransponíveis.

A análise aqui empreendida pretendeu demonstrar como uma compreensão das formas de intercâmbio alto-medievais que conceda proeminência ao dom deve, necessariamente, transformar-se em uma análise das RDP como as relações sociais no alto-medieval. Dessa forma, o desvelamento das RDP existe não como ponto de partida arbitrário, mas emerge de uma consideração detida, por exemplo, das formas de intercâmbio do período.

⁴ MARX, K.. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro II..., p. 39-ss.

BIBLIOGRAFIA

- ALGAZI, Gadi, GROEBNER, Valentin; JUSSEN, Bernhard. **Negotiating the Gift: Pre-modern figurations of Exchange**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.
- BARBERO, Abilio y VIGIL, Marcelo. *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1986.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. *Religião e Hegemonia Aristocrática na Península Ibérica (Séculos IV – VIII)*. São Paulo, SP, 2002. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP.
- BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Parte I, Porto, Afrontamento*, 1995.
- BLOCH, Marc, *Feudal Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1961.
- CURTA, Florin. ‘Merovingian and Carolingian Gift Giving’. *Speculum*, 81, 2006, p. 671-699.
- GARCÍA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Cátedra, 1998.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRIERSON, Philip. ‘Commerce in the Dark Ages: a critique of the evidence.’ *Transactions of the Royal Historical Society, 5th Series, Vol 9*. London, 1959, p. 123-140.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- _____. *O Capital - Crítica da Economia Política, Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- PACHÁ, Paulo. *Formas de Intercâmbio e Dominação: As Relações de Dependência Pessoal no Medievo Ibérico (IV-VIII)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado), 2012.
- PIRENNE, Henri. ‘Mahomet et Charlemagne’. *Revue Belge de Philologie et de l'histoire*, I, 1922, p. 77-86.
- VITAS SANCTORUM PATRUM EMERETENSIIUM. GARVIN, J.N. (Ed.), Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 1946.